

AÇÃO DIRETA

E' próprio do privilégio e de toda posição privilegiada matar o espírito e o coração dos homens.
MIGUEL BAKUNIN (Obras IV, 80)

SEMÁNARIO ANARQUISTA

PREÇO Cr\$ 0,50

Diretor: JOSÉ OITICICA

ANO I

Rio de Janeiro — Terça-feira, 20 de agosto de 1946

N.º 17

TEMAS DO MOMENTO

O Fascismo Franco-falangista é um perigo para a Paz e Liberdade do Mundo

Por Manoel Pires

E' possível que os leitores julguem existir em mim algo de sugestão relativamente ao problema espanhol, tal o empenho que ponho em combater a cruel ditadura Franco-falangista. Tenho a certeza porém de que ninguém poderá supor seja isto produto de sentimento patriótico pelo fato de ser eu filho de espanhóis e ter vivido muitos anos naquela terra generosa e encantadora, já que, como anarquista, sou profundamente internacionalista e considero o mundo pátria comum a todos os seres humanos.

Para mim não existe problema espanhol, pois que a guerra espanhola, provocada e orientada por Hitler e Mussolini foi, desde o primeiro momento, não só um acontecimento internacional, como também o início da cruel hecatombe que, durante cinco anos, fez tremer de horror todos os habitantes do mundo.

Sendo o início da guerra mundial, seria lógico que a ditadura de Franco terminasse com a derrota das potências do eixo e o triunfo da chamada causa democrática, o que infelizmente não aconteceu, pois vemos com assombro que, um ano após a terminação da guerra, França continua no poder, apoiado pelos próprios aliados contra os quais conspirara favorecendo a causa de Hitler e Mussolini.

Sejam sinceros

Os três grandes são responsáveis diretos pela tragédia que vive o heroico povo espanhol, assim como as chamadas democracias contribuíram para o triunfo da invasão da Espanha pelas

terminada a guerra mundial, surgem problemas de difícil solução, em virtude das ambições dos vencedores na partilha dos despojos e territórios que vão arrancar aos vencidos como castigo à provocação da hecatombe.

Tão profundas são as divergências entre os vencedores, divergências que já surgiram na conferência de Paris, que existe o temor de uma terceira guerra mundial, e esta, com a descoberta da terrível e mortífera bomba atômica seria mais cruel e de efeitos mais trágicos que as duas precedentes.

O domínio do Mediterrâneo

E' este o ponto culminante das divergências e também a causa fundamental de continuar Franco oprimindo o povo espanhol com o beneplácito dos três grandes. Estes vêm, na sua permanência no poder, uma garantia para discutirem, cada qual em seu be-

nefício, os problemas do após guerra na chamada Conferência da Paz.

A Inglaterra não quer perder o predomínio no Mediterrâneo cuja base principal é a cidadela de Gibraltar encravada no próprio território espanhol, e da qual domina o estreito do mesmo nome, que serve de passagem para o Oceano Atlântico.

Temem os ingleses que a União dos Povos Latinos, há muito preconizada, seja uma realidade após a derrocada do regime franquista, já que estes povos — França, Itália, Portugal e Espanha — com um proletariado consciênte, cansado de guerras e de tiranias, podem ir muito longe no terreno das transformações sociais, pondo termo ao secular imperialismo sobre o ocidente europeu.

Romper com Franco e provocar a sua derrota é muito perigoso, já que, livre da sua tirania, o povo espanhol não se conformaria com o retorno a uma república de careta mais ou menos democrática, pois a experiência dos três anos de guerra demonstrou-lhe que é possível a instauração de um regime genuinamente socialista, o que repercutiria fatalmente na Itália. Esta, embora transformada em República, mudou apenas de nome e de bandeira, pois ocupada pelos vencedores não pode dispor de seus próprios destinos. Não esqueçamos que os fascistas passeiam e conspiram impunemente sob as vistas complacentes dos próprios aliados.

Se isso pode acontecer com a Itália e a Espanha, grande seria a repercussão em Portugal, pois a Inglaterra, a pretexto de manter a tradicional aliança lusitano-britânica, quer manter a sua influência de colônia ou domínio. A França, por sua vez, com o apoio das três nações irmãs, invocando as suas tradições revolucionárias, fugiria à influência britânica. Resultado: a Inglaterra deseja, uma Itália-vaticana — com monarquia ou república, o nome não importa — uma Espanha monárquica, sendo possível, com Don Juan, primo irmão de Jorga V — uma França com De Gaulle e um Portugal com Salazar, Cerejeira, ou qualquer outro, desde que não rompa a tradicional aliança!

A Rússia, por sua vez, quer estender a sua influência até o Mediterrâneo e, por conseguinte, entre os povos latinos, e já fez ensaios durante a guerra civil espanhola, ensaios esses de caráter negativo, dado o temperamento do povo espanhol, profundamente individualista e contrário a toda ditadura, mesmo quando ela é exercida, em nome do proletariado! pelo próprio Estado.

Eu não defendo o reconhecimento de nenhum governo organizado no exílio, seja ele presidido por Giral ou qualquer outro líder republicano, pois enten-

do que é o povo espanhol quem deve decidir seus próprios destinos, e, como disse antes, ele não se conformaria com uma república mais ou menos democrática. E' estranho porém, que a Rússia aconselhe aos seus partidários no exterior que lutem pelo rompimento com Franco e reconhecimento do governo presidido por José Giral, e não dê o exemplo reconhecendo esse governo, o que poderia provocar idêntica atitude por parte da Inglaterra e dos Estados Unidos e, talvez, a queda do fatídico caudillo. Os que conhecemos a fundo o problema espanhol sabemos que, se o governo do exílio fosse presidido por Juan Negrin, a Rússia já o teria reconhecido, porque este, no caso de chegar a governar a Espanha, aceitaria incondicionalmente a política imposta pelo Kremlin.

A América do Norte não tem grande interesse na queda de Franco; pelo contrário, aceita-o como mal menor, pois, com uma Espanha livre e dona dos seus destinos, estaria em perigo a sua influência imperialista nos países do continente. Decididamente, a América de Truman não é a América de Franklin Delano Roosevelt.

Política Internacional. Ambições de dominação. Energia Atômica ao serviço da guerra mal presagiando dias trágicos para a Humanidade. As palavras Democracia e Liberdade retumbam no espaço apenas como um sonho, como insulto aos próprios sentimentos humanos porque, na realidade, não existem nem Democracia nem Liberdade!...

Franco continua no poder, oprimindo o povo espanhol, destruindo os valores positivos da cultura espanhola. Que importa isso aos três grandes se eles se beneficiam como ditador favorece os seus planos imperialistas?

E a matança continua. No presídio de Alcalá de Henares, os prisioneiros de Franco, cansados de tanta tirania, elevam o seu grito de revolta, enfrentando a morte com heroísmo, que mais vale, como afirmara Praxedis Guerrero, o grande idealista mexicano:

«—Viver para ser livres, ou morrer para deixar de ser escravos—»

O Fascismo existe ainda, e ameaça o mundo. Urge pois extirpá-lo definitivamente, arrancando a fera do seu covil. O covil está na Espanha, e a fera é Francisco Franco Bahamonde.

E eu, como amo, liberdade e odeio, fascismo, continuarei lutando contra Franco, defendendo a liberdade do povo espanhol, pois, defendendo aquele povo nobre e generoso, defendemos a liberdade de todos os povos do mundo.

OS CULPADOS

Vinte anos após sua derrota completa em 1918, o militarismo alemão atacou de novo o militarismo das nações aliadas. As consequências são conhecidas.

Surgem, porém, perguntas curiosas: «Como foi possível isso, desde que os aliados tinham total controle da Alemanha? Porque não reagiram os aliados ao violar Hitler o tratado de Versailles?»

Vimos que, longe de protestarem a cada violação desse tratado estranhamente aceitavam eles tal desafio, caladinhos. Qual dos dois é maior crime, violar um tratado ou tolerar a violação?

Fica de pé um fato, o de que nenhuma das democracias quis dar o passo decisivo para impedir a catástrofe.

Porque? De onde vinham as armas que rearmaram o militarismo alemão? «Safam dos arsenais das democracias», respondem Ferner Brockivay e Fred. Mulaly (em *Death pays a Dividend*).

Informator escreve em *Das andere Deutschland* (nº 95) sobre esse assunto: «No ano de 1933

começou a América a fornecer armas em maior escala para a Alemanha de Hitler. No dia 6 de fevereiro de 1933, fez o presidente da firma Pratt and Whitney Aircraft, na U. S. A., circular entre os diretores dessa sociedade um memorandum em que dizia: «E' bem claro que a Alemanha insiste num programa de rearmamento razoável, incluindo-se nele, certamente, aviões. Isso para nós significa a esperança de termos consideráveis lucros naquele país nos próximos cinco anos».

A firma Pratt e Whitney auferiu de fato esses lucros vultosos por um contrato celebrado com a firma alemã Bayerische Motoren Werke. Segundo ele, para cada avião que essa casa produzisse, pagaria à americana a quantia de 200 dólares.

Mais tarde conseguiu Goering melhor contrato, pagando a Alemanha, por ano, a soma global de 50 000 dólares qualquer que fosse a quantidade produzida pela B. M. W. As remessas da

(Continua na 4ª pag.)

ERAM BONS RAPAZES

Quando nos queixamos da cultura das massas, grande obstáculo ao progresso de nossas idéias livres, nem sempre nos ocorre fazer o exame introspectivo da culpa que nos cabe pela manutenção desse estado de semi-ignorância. A juventude contitui sempre um campo fértil à espera da verdade. Corre às cegas por um caminho escuro onde a luz falsa da religião levanta sombras a formar paredes espessas que não deixam ver o mundo exterior. Mas, tem uma alma boa que se pode revelar nas afeições e na espontaneidade dos atos generosos e belos. Se fechamos o círculo da nossa ação, desprezando os humildes analfabetos, para dirigir a palavra só aos iniciados, algum dia havemos de sentir o arrependimento de não ter levado outra luz ao caminho tortuoso dos eternamente dominados pelo preconceito e estiolados nas trevas da reação.

No meio de uma aldeia cheia de prevenções e de ignorância, onde reinava, como na maior parte das aldeias de Portugal, a

palavra hipócrita das sacristias, eu tinha em redor de mim dezenas de moços como eu, dezenas de moços que sofriam a mesma prisão moral de que eu conseguira libertar-me. Bem o sentiam eles, mas dominava-os o meio acanhado, a falta de liberdade econômica e — quantas vezes! — a desgraça enorme de não saber ler.

Seguindo um impulso natural, talvez sem avaliar o peso de semelhante tarefa, puz-me a transformar um pouco aquela situação. Havia uma vontade em todos eles — ser amadores dramáticos. Não riam, por favor, dessa ambição absurda. Existiam muitos grupos assim, apresentam do peças nos palcos esburacados dos teatros de aldeia, berracões sem conforto nem maquinárias engenhosas, com guarda-roupas alugados, uma atriz barata para o papel feminino que os escrúpulos moralistas não consentiam fosse desempenhado por moça do lugar.

Pois esses «amadores dramáticos» representavam um papel digno de apreço na cultura do

nosso povo. Ilustravam-se um pouco eles mesmos, aprimoravam suas maneiras e seu modo de falar, e o povo que os ouvia também lucrava com a modesta distração dos domingos rurais, de gente pobre e maltratada pelo trabalho acessivo.

Então fiz mais um pouco do que era comum fazer-se. Expliquei o meu plano àqueles rapazes, e eles me ajudaram. O nosso grupo chamou-se «Escola Dramática Beneficente». Eu e outro assumimos a responsabilidade da direção. Todas as noites, reunia-os num salão desguarnecido, sede de pequeno sindicato de artezãos, e ali nos pusemos a aprender. Sim, porque todos aprendíamos; também se aprende ensinando. O programa era alternado: uma noite para ensaio, outra para aula. Levei alguns livros que tinha. Moços da lavoura ou moços de pedreiro, uma boa dúzia ensinei a ler, que nada, nada sabiam. Os outros puderam ler à luz de um candieiro de petróleo, volumes ou jornais que lhes

(Continua na 4ª pag.)

Espanha e China

Por acharmos muito interessante as informações prestadas neste artigo por nosso camarada chinês **Lu-Chien-Bo**, traduzimo-lo do n.º 6 de julho de *Cultura Proletária*.

Entre os chineses, tirante os emigrados para a América do Sul, há poucos de superior cultura e pouquíssimos que conheçam a Espanha. Esta, geograficamente, fica muito longe e não pode manter conosco outros informes além dos imediatos, como os comerciais ou os puramente vulgares; tais são os que tem a China com os Estados Unidos, Rússia e França. Demais, a língua espanhola difere tanto da chinesa, que é outro fator de perpetuação de nossa absoluta ignorância relativamente à Espanha.

Apesar de conhecerem as pessoas de superior cultura aqui o *Don Quixote* e os nomes de outras obras famosas, poucos há que hajam lido as traduções desses livros e menos ainda que possam alcançar lhes a idéia e o espírito.

Antes de galgar Franco o trono, as notícias relacionadas com a guerra civil espanhola só nos chegavam de três pontos: da Inglaterra e dos Estados Unidos; da Rússia bolchevista; dos nossos companheiros anarquistas. Estas últimas eram traduzidas e publicadas na revista *Gin-Tze* que nós editávamos antes da última guerra mundial. M. Bakin, um de nossos camaradas, traduziu e fez imprimir vários trabalhos e folhetos; eu também, traduzi alguns, mas, desgrazadamente sempre vivemos sujeitos a forças econômicas que muitas vezes dificultavam nossa obra.

Após a guerra, não espanta haver a China chegado a ser uma segunda Espanha. Aparentemente não se vê mais que uma continuação da guerra civil entre partidos políticos diferentes; mas, na realidade é um choque entre Estados Unidos e Rússia, sobretudo. Isso não é simples opinião; é um fato achar-se a China em tão cruel situação.

Do mesmo modo que a dominação sobre os chins, será destruída a dominação de Franco, ou por intervenção estrangeira ou pelos esforços do povo revolucionário espanhol, juntando-se-lhe quicá o socorro dos povos de países democráticos. A política de Franco não cairá por si mesma, nem mudará com a fórmula chamada democrática. Empregará, certamente, todos os meios possíveis para manter-se no poder com os mesmos privilégios e os mesmos processos, isto é, perseguição e crimes praticados pelos pretorianos que a sustêm.

Seja a queda do regime franquista produzida por intervenção direta ou por apoio indireto, não poderá Espanha evitar a influência das forças de Inglaterra, Estados Unidos e Rússia nas disputas da guerra civil. Esses países não permitirão, evidentemente, nem a existência nem o desenvolvimento das forças desse povo na luta

aberta para conquistar a liberdade e a igualdade. Os espanhóis que amam a liberdade e odeiam o totalitarismo, terão, sem dúvida, de continuar ainda a sustentar longa peleja.

Os chineses caminharão por senda idêntica.

A força japonesa foi desfeita. Os dois grandes partidos políticos da China, o *Kuo-ming-tang* e o comunista, cada qual com seu exército, e senhores, cada qual, de enorme região, combatem-se incessantemente. Em torno deles, acham-se as ambições dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Rússia, todos desejosos de dominar e te miserio país. Outras pequenas agrupações políticas há, ansiosas por engrandecer-se, em tempo oportuno, com qualquer posto no governo. Por isso, apoiam ora o pro, ora o contra, ao lado desses gigantes. Seus gritos são sempre: «Paz! Convenção!», porém, na realidade, não fazem mais que exaltar a guerra civil.

O *Kuo-ming-tang* não quer findar sem lutas o seu totalitarismo, os passos que os comunistas não querem retirar seus exércitos e colocar-se sob o *Kuo-ming-tang*. Sob o disfarce de conciliação, prossegue a guerra civil sempre firme e essas forças se adestram para terrível desfecho.

Digamos de uma vez: esta guerra não é mera guerra civil. Seja vencedor este ou aquele desses grandes partidos, ou sejam eles exterminados ao mesmo tempo, quem sofre cruelmente é o povo que, depois de tanto tempo, ainda padece dor e fome, além da emigração forçada, efeito da guerra. Os auferidores de magníficos despojos serão os partidos políticos, os grupos militares, os oficiais, os milionários, os mercadores da especulação e, sobretudo, as potências estrangeiras, as quais, como sempre, se colocarão à ilharga do vencedor.

Não importa o que triunfe. A verdadeira liberdade do povo ainda se acha muito longe de apurar-se aqui em futuro próximo.

O povo, ou mais exatamente, as massas chinesas ainda não acharam suas próprias organizações. Nas regiões dominadas por uns e por outros, não há mais que interesses de partido, idéias de partido, programas de partido; em uma palavra, tudo é pelo partido dominante, seja qual for. Tudo se faz em nome do povo, da pátria e da democracia, etc., etc.

Presentemente, pesa o desastre em dezoito províncias, quer dizer, em dois terços da China e as vítimas excedem trinta e três milhões.

Pelo que dizemos, vê-se que o povo espanhol e o chinês sofrem a mesma sorte. No combate firme para conquistar a vida, a liberdade e a igualdade é natural a mútua simpatia de ambos. Sustentá-la, robustecê-la e mutualizá-la é o nosso desejo.

Lu Chien-Bo

Chengtu, 11 de maio de 1946.

Noticias

Anárquicas

1. Está solto **Giuseppe Mariani**. *Umanità Nova*, de Roma, anuncia, em seu número de 20 de junho, a soltura desse nosso companheiro, preso há 25 anos pelo atentado anarquista no teatro *Diana* de Milão.

2. Causou profunda impressão, na Inglaterra e no mundo inteiro, a acusação do célebre escritor H. G. Wells à casa real, de ter estado comprometida nas tramas políticas do líder fascista inglês Sir Oswald Mosley. Disse ele: «Esta nação genuinamente democrática em todo o mundo precisa saber o que sucedeu nesse abafado negócio dos gigantes fundos de Mosley e até que ponto se envolveu nossa família real nessa empresa».

Atacar assim a família real na Inglaterra é ato de tal ousadia, tão nefando crime, que espanta só vê-lo formulado. Wells aconselha, terminando, que a família real abdique e se recolha à sua insignificância antes de ser forçada a fazê-lo, pois o regime monárquico se está dissolvendo em toda a parte.

(Continua na 3ª pag.)

A DOCTRINA ANARQUISTA AO ALCANCE DE TODOS

JOSÉ OTICIC

Continuação (Número 16)

Pedimos, pois, antes de tudo, boa fé e boa vontade. O leitor, nas suas lucubrações, deve ter presente, sempre e sempre, a idéia de que, em sociedade anárquica, não há propriedade, não há dinheiro, não há venda nem troca. Insistindo em ter sempre em mira essa noção fundamental, pouco a pouco, lendo cada número desta segunda parte atentamente, certo estou de que logrará assenhorar-se de toda a doutrina, alcançar-lhe a cativante beleza, podendo sentir o nobre orgulho de se dizer anarquista. Verá, então, que trabalhar para a anarquia é o mais glorioso empenho dos corações bem formados.

68 — *Supressão da autoridade* — O primeiro ponto por considerar, na compreensão de uma sociedade anárquica, é a inutilidade do Estado, ou melhor, sua impossibilidade. Com efeito, vimos ser o Estado a organização da autoridade e ter essa autoridade um duplo fim: a) — defender os possuidores contra os não possuidores; b) — regularizar a concorrência entre possuidores.

Ora, numa sociedade sem propriedade particular, não pode haver possuidores, não pode haver proprietários e, sendo assim, não há mister de um órgão defensor dos possuidores. Desaparece o duplo fim da autoridade, desaparece pois a autoridade e desaparece o Estado.

69 — *Supressão do Estado* — É bom analisar mais pormenorizadamente essa supressão do Estado. Para isso, encaremos cada uma das suas sete feições e vejamos como, naturalmente, pela força mesma do princípio da não-propriedade, os aparelhos de compressão mantidos pelo Estado se anulam.

Com efeito, o aparelho político, em sociedade anárquica, não tem razão de ser pois os parlamen-

tos, fabricantes de leis, nenhuma serventia terão. As leis são, precisamente, meios de defesa dos possuidores ou regulamentação da concorrência. Em sociedade anárquica, as leis são inúteis. Haverá, quando muito, planos de serviços, decisões por acordo mútuo, etc., mas nunca leis obrigatórias, iguais para todos, defensivas de direitos quaisquer. Assim, o parlamento, o poder legislativo seria absurdo em regimen anárquico. Do mesmo modo, absurdos seriam o poder executivo, cuja função é executar as leis, e o poder judiciário encarregado de interpretar as leis e salvaguardar os direitos de propriedade. Quanto aos crimes e seu julgamento, veremos depois.

Evidentemente, o aparelho militar, destinado a manter os trabalhadores na opressão do salariato ou sustentar as depredações internacionais, nenhum sentido podem ter em sociedade anárquica, onde todos são trabalhadores e impossível é qualquer luta entre proprietários e não-proprietários.

Extinta a propriedade particular, some-se virtualmente o dinheiro, somem-se os bancos, o comércio, os processos, os tabeliães e comparsas, os advogados, as mesas de renda, as alfândegas, os impostos, etc., etc. Desaparece a feição econômica do Estado.

Finalmente, a função pedagógica do Estado, tendente à conservação do capitalismo, à criação de preconceitos e ídolos mantenedores da mentalidade subserviente dos proletários, não pode vingar. A função pedagógica, em sociedade anárquica, não é política, mas social, exercida, não por um Estado autoritário que impõe leis de ensino e programas, senão pela agremiação dos professores de todo o país.

70 — *Governo e direção* — Chama-se governo, hoje, o corpo

diretivo de um Estado. O Estado é um ser abstrato de que os governos são encarnações concretas. Sendo assim, evidentemente, não é possível compreender governos numa sociedade anárquica.

Isso, porém, não significa, de modo algum, falta de direção. Não se admite organização de serviços sem direção técnica e, muito menos, coordenação de serviços prescindindo-se de um ou mais centros coordenadores. De modo que, embora sem Estado, sem autoridade e sem governo, a sociedade anárquica não é uma aglomeração humana caótica ou desordenada. Não tendo compressão organizada, a anarquia pretende estabelecer a verdadeira ordem entre os homens e essa ordem se obterá graças a uma direção perfeita e harmônica. Substituímos o governo estatal pela colaboração comunal.

71 — *Tendência para o regimen comunista* — Antes de entrarmos no estudo da organização anárquica, penso não ser importuno transcrever aqui o seguinte capítulo de Pedro Kropotkin em seu livro: *A Conquista do Pão*:

«Sustentamos que o comunismo é, não somente desejável, mas também que as sociedades atuais, fundadas no individualismo, são ainda forçadas continuamente a marchar para o comunismo. O desenvolvimento do individualismo, nos três últimos séculos, explica-se sobretudo pelos esforços do homem desejoso de preminir-se contra os poderes do capital e do Estado. Supôs um momento, e os que por ele formulavam seu pensamento o pregaram, que podia libertar-se inteiramente do Estado e da sociedade. «Com dinheiro, dizia ele, posso comprar tudo de que preciso». Mas o indivíduo errou e a história moderna o força a reconhecer que, sem o concurso de todos, nada pode, mesmo com seus

cofres abarrotados de ouro. Com efeito, ao lado dessa corrente individualista, vemos, em toda a história moderna, a tendência, de uma parte, para reter o que resta do comunismo parcial da antiguidade, e de outro, para restabelecer o princípio comunista em milhares e milhares de manifestações da vida. Desde que as comunas do século décimo, undécimo e duodécimo conseguiram emancipar-se do senhor leigo ou religioso, deram imediatamente grande extensão ao trabalho em comum, ao consumo em comum. A cidade, e não os particulares, fretava os navios e expedia suas caravanas para o comércio longínquo, cujo lucro a todos cabia e não aos indivíduos; ela comprava também a provisão para os habitantes. Vestígios dessas instituições persistiram até o décimo nono século e os povos, em suas lendas, lhes conservam piedosa memória.

Tudo isso desapareceu. Mas a comuna rural luta ainda para manter os últimos vestígios desse comunismo e alcança-o enquanto o Estado não atira seu pesado gládio na balança. Ao mesmo tempo, novas organizações, calcadas no mesmo princípio: a cada um conforme as suas necessidades, surgem sob mil aspectos; porque, sem uma certa dose de comunismo, as sociedades não lograriam viver. Mau grado a feição estritamente egoísta, imposta aos espíritos pela produção mercante, a tendência comunista se revela a todo instante, sob todas as formas, em nossas relações. As pontes, cuja passagem era outrora paga pelos viandantes, tornaram-se monumentos públicos. As estradas calçadas, a tanto por légua, só no Oriente existem. Os museus, as bibliotecas livres, as escolas gratuitas, as refeições comuns das crianças, os parques e jardins francos a todos, as ruas calçadas e iluminadas para todos, a água a domicílio

com tendência para a diminuição do consumo, tudo isso são outras tantas instituições fundadas no princípio: «Tomai o que vos aprouver». Os bondes e as ferrovias já admitem a assinatura mensal ou anual, sem contar o número de viagens, e, recentemente, uma nação inteira, a Húngria, inaugurou, na sua rede ferroviária, o bilhete por zonas que permite percorrer quinhentos ou mil quilômetros pelo mesmo preço. Estamos perto do preço uniforme, como no do serviço postal. Em todas essas e em mil outras inovações, a tendência é para não medir o consumo. Um quer percorrer mil léguas e outro apenas quinhentas. São necessidades pessoais e não há razão para exigir de um duas vezes mais que do outro, só por serem as suas duas vezes mais intensas. Eis aí fenômenos que ocorrem até nas nossas sociedades individualistas. Demais, embora ainda muito fraca, há tendência para sobrepor as necessidades do indivíduo à avaliação dos serviços por ele prestados ou por prestar à sociedade. Considere-se a sociedade um todo onde cada parcela tão intimamente se acha presa às outras, que o serviço prestado a tal indivíduo é um serviço prestado a todos. Quando ides a uma biblioteca pública — não à Biblioteca Nacional de Paris, por exemplo, mas à de Londres ou à de Berlim — o bibliotecário não vos pergunta, para vos dar o livro ou os cinquenta livros pedidos, que serviços prestastes à sociedade, e, se não sabeis procurá-los no catálogo, ele vos ajudará. Mediante uma entrada uniforme, geralmente prefere-se uma contribuição em trabalho, a sociedade científica abre seus museus, jardins, bibliotecas, laboratórios, festas anuais a cada um dos seus membros, seja ele um Darwin, seja um simples amador

Continua

AÇÃO ANÁRQUICA

Um exemplo anárquico

O fato ocorreu em junho último, na cidade francesa de Lille. Desde 1.º de junho, o pessoal das cervejarias de Lille e Armentières se declarou em greve para maior salário e reclassificação dos operários, melhoras já concedidas pelas cervejarias de Roubaix-Tourcoing.

Todavia, os empregados das firmas *Grande Bras serie* e *Avenir* (esta era uma cooperativa socialista) acharam de bom alvitre, em vez de esperar a boa vontade dos patrões, ocupar as fábricas, explorá-las por administração própria. Os patrões limitaram-se a dar queixa à polícia e processar os paredistas por abuso de confiança.

A notícia nos é dada pelo hebdomadário anarquista francês *Le Libertaire*, de 28 de junho, que assim exalta o sucesso:

«Bravos, grevistas de Lille! O exemplo que dais a vossos irmãos de miséria é digno de ser assinalado. A greve reivindicativa por que iniciaste vossa ação era prova de vontade na luta direta contra o patronato. Porém hoje, não vos satisfazendo ocupar passivamente os locais de trabalho, fazendo funcionar a empresa *inteiramente por vós mesmos*, demonstrais a inutilidade do patronato!

Todos os trabalhadores deverão inspirar-se em tão belo exemplo e, no dia em que generalizarem assim a gestão operária da produção, irão a garra *Capitalismo e Estado*.

Vemos na gestão direta das cervejarias de Lille um começo de ampliação, tentativa que pôde ser prelúdio da tática revolucionária e anarquista definida no congresso de 1945 da Federação Anarquista».

Nota — A resolução a que se refere os camaradas de *Le Libertaire* é a seguinte:

Os operários e técnicos, por meio da greve geral insurreccional, deporão o patronato da propriedade dos meios de produção, distribuição e troca; apoderar-se-ão, para organizá-la, da economia (produção, consumo e crédito), fora dos limites da Comuna Libertária. Substituir-se-ão, no patronato para fazer andar todos os ramos de atividade econômica por sua conta, apoderando-se, para gerir-las diretamente, das empresas capitalistas, única ação probatória da maturidade econômica da classe operária em marcha para sua integral libertação social.

Para assegurar o triunfo de sua causa, deverão organizar imediatamente, na escala local e regional, seus comitês de gestão econômica e de defesa da revolução».

Um episódio histórico

Hippolyte Lissageray, comuneiro francês do levante de 1871 em Paris, na sua preciosa *Histoire de la Commune de 1871*, cuja segunda edição acaba de aparecer em Buenos Aires, conta-nos o seguinte episódio no julgamento de Louise Michel, a anarquista heróica dessa rebelião:

«Alguns dias depois, esse mesmo conselho ouve a voz de uma mulher: «Não quero defender-me, nem quero ser defendida! exclama Louise Michel. Pertencem integralmente à Revolução social e declaro assumir a responsabilidade de todos os meus atos. Aceito-a sem restrições. Acusais-me de haver participado da execução dos generais? A isso responder-vos-ei: Sim, se me achasse em Montmartre quando quiseram atirar no povo, eu não teria hesitado em atirar, eu mesma, naqueles que davam semelhantes ordens. Quanto ao incêndio de Paris, sim, tive parte nele. Queria opor uma barreira de chamas aos invasores de Versailles. Não tenho cúmplices, agi por impulso próprio».

O relator Daily requer

Administração

Pede se insistentemente aos contribuintes de *Ação Direta* que não atrasem a remessa das suas contribuições. Qualquer atraso prejudica seriamente a marcha do semanário.

pena de morte. Ela grita: «O que reclamo de vós, que vos dizeis conselho de guerra, que vos arvorais em meus juizes, que não vos ocultais como a *comissão das graças*, o que reclamo é o campo de Satory onde já tombaram nossos irmãos. Importa eliminar-me da sociedade; dizem-vos que o façais. Pois bem! o comissário da República tem razão. Já que parece que todo coração que bate pela liberdade só tem direito a um pouco de chumbo, exijo a minha parte! Se me deixardes viver, não cessarei de clamar vingança e denunciarei à vingança dos meus irmãos os assassinos da *comissão de graças*.

O presidente — Não posso manter-vos a palavra. **Louise Michel** — Terminei... se não sois covardes, matai-me.

Nota — Não tiveram coragem. Deportaram-na.

DOIS COMUNISMOS

Os trabalhadores têm de decidir-se por um ou pelo outro

R. ALARMA

Há duas espécies de comunismo e, pois, também, de comunistas. Um, estatal ou autoritário; o outro, anarquista ou libertário. O primeiro é ditatorial, metafísico (ainda que se diga materialista e «científico», pois mergulha as suas raízes filosóficas na abstrusa metafísica de Hegel), centralizador, dogmático, totalitário; o segundo é libertário, positivo, racional, descentralizador, federalista, exaltador da personalidade.

Ambos reivindicam o máximo bem-estar para todos. Mas, enquanto que o primeiro crê poder alcançá-lo pelos caminhos invios e pantanosos do Estado, agarrado à muleta da autoridade, do «governo», o segundo proclama que cada indivíduo deve atingir a sabedoria e a convicção necessárias para ser feliz segundo a sua vontade.

Um considera o Estado como uma necessidade, fora da sociedade e superior a ela, dotado de autoridade para impor pela força a obediência absoluta; o outro considera o Estado como uma associação de malfeitores inimigos da sociedade e do progresso, que se arrogam o direito de dispor da liberdade e da vida de cada um de nós. O primeiro proclama, pois, a soberania do Estado; o segundo não reconhece nenhuma soberania, seja ela qual for.

Um deseja que todos os monopólios pertençam ao Estado; o outro, a extirpação dos monopólios de todos os monopólios, por julgá-los tumores malignos, parasitas sugadores da vitalidade dos produtores.

O primeiro, embora não o afirme, quer substituir uma classe por outra; o segundo luta com todas as suas forças pela supressão de todas as classes.

Ambos os comunismos proclamam que o regime presente, capitalista, se baseia na injustiça mais flagrante, a da instituição da propriedade privada, ou seja da terra nas mãos de meia dúzia, para a qual a maioria é forçada a trabalhar, e ambos estão por isso teoricamente de acordo em que tal regime não pode nem deve subsistir. Para derrubá-lo confiam os comunistas autoritários no 3.º Estado, a que também chamam «ditadura do proletariado», que trabalham para conquistar, como fizeram na Rússia, afim de ditarem leis e decretos, por meio dos quais esperam matar o Estado (isto dizia Marx, que se confessava anarquista por finalidade, mas Stálin e seus sectários já nem se lembram disso, corrompidos como estão pelo exercício do governo) e a propriedade privada; o outro afirma que para a Anarquia, a mais alta forma de sociabilidade (e não sinónimo de desordem, como dizia, há dias, um jornal do Partido Comunista, de S. Paulo), só se vai por caminhos anarquistas, e que o capitalismo, qualquer que seja a sua forma ou expressão, persistirá, apesar de todas as leis e decretos de qualquer governo, mesmo que se chame socialista, como o da Inglaterra, ou comunista, como o da Rússia, enquanto subsistir o Estado, cãode-guarda do capitalismo.

Os dois comunismos reconhecem que estamos no limiar de um novo período histórico. Mas, enquanto o primeiro quer ser dono e regulador de tudo quanto pertence ao indivíduo (incluindo

a faculdade de amar e de procriar), o segundo opta por deixá-lo livremente à disposição de cada um, para que cada qual consuma segundo as suas necessidades e produza de acordo com as suas forças.

O primeiro diz: «Faze, procede e pensa conforme o Estado te ordena!» O segundo grita: «Pensa e obra segundo a tua consciência!»

Um ameaça com o despotismo; o outro considera supérfluo o Estado e confia à moral o império da equidade. Um ordena, regula, legaliza e fiscaliza; o outro trabalha para a supressão de todos os regulamentos e leis, por considerá-los a todos como estorvo à felicidade geral e freio à liberdade individual.

O primeiro provoca, em consequência de sua ação autoritária, feroz reação, estagnação do progresso, perseguições e guerra; o segundo abre, na estrada do progresso humano, imenso horizonte à felicidade.

Um, pela sua forma autoritária e despótica, ha-de fracassar; o outro triunfará por sua essência humana e libertária. Ainda que os dois comunismos, o autoritário e o libertário, visem a igualdade social, o primeiro tende a eternizar a desigualdade, com a criação de novas classes, as resultantes do novo jugo estatal, que o segundo odeia e combate.

Um, intolerante, sectário, não permite que o povo exerça o direito de crítica (senão de acordo com as fórmulas partidárias), pois está convencido de que o povo é menor de idade e necessita da tutela do Estado onipotente e omisciente, e por isso nega a liberdade de imprensa, que o Estado e o Partido único monopolizam; o segundo, generoso e tolerante, proclama a maior liberdade de crença e de opinião e o direito que todos têm de expor livremente os seus pensamentos e críticas, pois, democrático como é crê

que pensam melhor mil cabeças dos que uma só, ainda que esta pertença ao maior sábio.

O primeiro quer formar, no molde das suas normas autoritárias, o caráter dos indivíduos; o segundo pretende dotar os indivíduos dos meios necessários para, que, por si mesmos, formem o seu próprio caráter.

O primeiro quer racionar o indivíduo em sua alimentação, o segundo entende que os indivíduos devem alimentar-se como lhes agrade.

Um diz: A terra pertence ao Estado; as minas pertencem ao Estado; as máquinas pertencem ao Estado; os produtos pertencem ao Estado. O outro sustenta que a terra pertence aos camponeses que a amam; as minas aos mineiros que nelas trabalham; as máquinas aos que as fazem produzir; e os produtos a todos os produtores.

Há, como se verifica, com marcados caracteres, teórica e praticamente, duas espécies de comunismo. Um mergulha as suas raízes de opressão, de parasitismo e de terror, no passado mais sombrio da Inquisição e dá origem, nos nossos tempos, rebentos monstruosos, como o stalinismo, o hitlerismo, o mussolinismo, o franquismo, o salazarismo, o peronismo e o morinismo, todos estes, filhos gerados, no mesmo ventre maldito do totalitarismo marxista.

Aquele deve cair no seu lugar a este por ser este mais justo, mais racional, antiautoritário, de acordo com o espírito da psicologia e da pedagogia dos nossos tempos: e com os anseios de liberdade e de justiça da nossa época.

Cada homem deve pronunciar-se pelo primeiro ou pelo segundo, por aquele ou por este, para que saibamos o que quer e a que grau de liberdade aspira.

Notícias anárquicas

(Continuação da 2.ª pag)

Evidentemente a anarquia vai ganhando terreno!

3. Como vão as cousas na Italia. Um correspondente de *L'Adunata dei refrattari* (20-7-46) conta o ocorrido em Gaeta no dia 20 de maio. Apareceu lá um representante da monarquia para fazer um comício eleitoral. A população, na mais dura miséria, consciente de haver sido a monarquia culpada de tanta ruína e penúria, acorreu à praça, mas para impedir que o tal representante falasse. Não lhe permitiram uma só palavra.

No dia 19 de maio, nova tentativa. Chegaram: um monarquista, um liberal e outros, com *garantia* ministerial de palavra. O povo de Gaeta foi à praça. Respeitou a *garantia* e deixou falar o representante, mas, a certa altura, não se conteve e o dique arrebentou numa enxurrada de assovios, gritos, apupos que estraga-

ram a festinha dos caçavotos.

Ah! se todos assim fizessem aqui também!

Se viaassem trabalhistas, udenistas, comunistas, católicos e quantos mais se valem de todo protesto religioso ou profano para iludir os tolíssimos eleitores!!!

Reforço para Ação Direta

COMPANHEIRO! Você leu AÇÃO DIRETA? Comprou-a sem dúvida, mas saiba que um exemplar de AÇÃO DIRETA, a 50 centavos, dá DEFICIT, porque nos custa 80. Com 40 por cento ao distribuidor, baixa o preço a 30 centavos. De modo que o DEFICIT, em cada exemplar, é de 50 centavos.

Se você deseja cooperar na manutenção de AÇÃO DIRETA, escreva-nos para Rua Buenos Aires, 147. A-2º andar — Rio, marcando uma contribuição mensal. Nossas contribuições vão de 10 a 200 cruzeiros. A hora é de sacrifícios e o companheiro não deve poupar nenhum para manter e desenvolver nosso periódico.

A causa merece e o exige!

A ABAPE e o Centro Republicano Espanhol de São Paulo

Uma carta de Altonso Garrido

Do leal e persistente antifascista espanhol Alfonso Garrido, tesoureiro do Centro Republicano Espanhol e do Comitê de Ajuda aos refugiados espanhóis na França recebemos a seguinte carta cujo comentário deixamos a critério dos nossos leitores. Eis a carta, cuja publicação Garrido solicita:

Em 1945, o Centro Republicano Espanhol de São Paulo e o Centro Gallego da mesma cidade organizaram uma subscrição para auxiliar o refugiados espanhóis que se encontram exilados na França e, em pouco tempo, reuniram a importância de CR\$. 41.877,00.

Em virtude das dificuldades existentes naquela época para enviar dinheiro ao exterior, a comissão de auxílio escreveu ao México, França, Uruguai, Buenos Aires e Rio de Janeiro para ver a forma mais rápida de ser enviado o dinheiro aos refugiados.

Houve, então, um acontecimento que provocou desgosto entre os republicanos espanhóis, e foi que, ao ir o presidente do Centro Republicano à Secretaria de Justiça para renovar o Alvará anual, foi informado de que o Ministério da Justiça ordenara o fechamento do nosso centro.

Era no mês de agosto de 1945 e, naquela época, por uma curiosa coincidência, encontrava-se em São Paulo o comandante Roberto Sisson, secretário da ABAPE — Associação Brasileira dos Amigos do Povo Espanhol — ao qual solicitou o nosso presidente que ajudasse com a sua influência para evitar o fechamento do centro.

Habilmente, o comandante Sisson declarou que existia um meio muito prático de evitar fosse o centro fechado e este era que o mesmo, a partir daquele momento, se transformasse numa filial da ABAPE e, desta forma, sendo a ABAPE uma organização brasileira, o centro não desapareceria.

Por tal fim, lavrou uma ata que seria assinada pelos diretores do Centro e um telegrama dirigido ao Ministério da Justiça dando conta do acórdão tomado. Ingenuamente, sem compreender a manobra, assinamos o documento feito por Roberto Sisson.

Feito isto, ele, já com autoridade, disse o seguinte — textualmente — agora como secretário geral da ABAPE, eu exijo que me entreguem os 41 877,00 cruzeiros que existem para os refugiados afim de enviá-los por nosso intermédio, pois, em caso contrário, publicarei uma nota na imprensa denunciando que o dinheiro dos refugiados está retido criminosamente pelo centro...

Mais uma vez fomos ingênuos e faltos de energia entregando ao comandante Sisson o dinheiro dos nossos refugiados e soubemos depois, com amargura, que o dinheiro não fôra enviado ao seu destino e sim a um Comitê Político em Montevideu.

Até esta data, não temos notícias do dinheiro e eu, como tesoureiro do Centro Republicano Espanhol e responsável pelo dinheiro, exijo que publicamente a ABAPE diga onde foi ele enviado, apresentando as necessárias provas.

Agora funciona em São Paulo, autorizado pelas autoridades e pela Cruz Vermelha Brasileira um Comitê de Ajuda que, desta vez, trabalha sem confiar em intermediários e auxiliados pelos comitês do Braz e São Caetano, já reuniu em roupas, víveres, calçados e alimentos, mais de 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) que, se não chegaram a França, estão em caminho pois foram embarcados.

Do exposto assumo inteira responsabilidade. São Paulo, 5 de Agosto de 1946, Alfonso Garrido

Tesoureiro do Centro Republicano Espanhol e do Comitê de Ajuda de São Paulo.

AVISO

Pedimos aos colaboradores que, dada a pequenez de Ação Direta, reduzam seus artigos o mais possível. Temos em nossa mesa vá-

rias colaborações que, por demasiado extensas, não podem ser publicadas, embora excelentes.

Propaguem

Ação Direta

Persiguições na Espanha

Os culpados

(Continuação da 1ª pag.)

Durante anos, só os anarquistas e os antifrancistas republicanos gritavam a todo o mundo as barbaridades do regime franquista. A imprensa burguesa, fascista ou semifascista, não dava crédito às revelações e acusações nossas. Agora, chegou a tirania a tal extremo, que as empresas telegráficas não podem calar as demasias da reação naquele país de revoltados. Eis como narra um telegrama do Correio da Manhã de 10 de agosto, os sucessos ocorridos lá:

Madrid, 9 (U. P.) — Desenvolve-se uma ação em várias cidades espanholas, por parte do governo, inclusive Madrid, no sentido de deter todos os elementos anti-governistas de todas as facções. Uma delegação especial de mulheres, integrada por mães, esposas, irmãs e noivas de prisioneiros políticos, recolhidos em Alcalá de Henares, cerca de 30 kms. de Madrid, visitaram as embaixadas dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, além de outros países aliados, a fim de fazer conhecer àqueles governos o tratamento cruel e as torturas a que são submetidos seus parentes recolhidos às prisões franquistas.

Segundo revelou a delegação de mulheres espanholas, após a fuga de dois prisioneiros políticos que trabalhavam num campo de Alcalá de Henares, às autoridades policiais franquistas levaram a efeito brutais represálias contra os outros prisioneiros.

Como medida de controle, os policiais espanhóis, obrigaram os presos políticos a envergarem uniformes de detentos comuns, encarcerando 60 elementos considerados «particularmente perigosos», os quais foram confinados a exíguas celas, sem água e sem alimentação, até que aquiescessem em vestir o uniforme de criminosos comuns.

A delegação feminina informou ainda às embaixadas britânica e norte-americana, bem como outras representações aliadas que, apesar de ter sido reforçada a guarda no interior e fóra da penitenciária, é possível ouvir os prisioneiros gritarem desesperadamente para que se lhes dê água, tanto durante o dia como às caladas da noite. Por outro lado, é impossível determinar com segurança o número exato de prisioneiros que estão sujeitos à terrível alternativa de «uniforme presidiário ou morte pela sede». Sabe-se, entretanto, que o número de prisioneiros políticos de Alcalá se eleva a 2 000.

A propósito, foi igualmente revelado que um funcionário da embaixada norte-americana endereçou formalmente um pedido de informações sobre a situação em Alcalá de Henares ao Ministério das Relações da Espanha.

Simultaneamente, os funcionários da prisão de Alcalá revelaram que a ordem para que todos usem uniformes de presos comuns foi dada a fim de tornar mais difícil as tentativas de fuga.

Um grupo de duzentos e cinquenta prisioneiros também se recusou à imposição do uniforme de preso comum, e, em protesto, se declararam em greve de fome, bem como se recusaram à execução das tarefas diárias e obrigatórias de varrer, lavar roupa e tratar da cozinha.

ERAM BONS RAPAZES

(Continuação da 1ª pag.)

emprestava. Havia algum coisa que os animava, que lhes dava prazer e satisfação, ainda mesmo sabendo que o padre e as beatas do lugar começavam a chamá-los anarquistas, creio que só por minha causa, sem perceber o que isso era.

No domingo, era o espetáculo. A receita líquida tinha dois fins: metade para reserva, metade para distribuir aos pobres. Justificando o nome de «beneficente», Não venham reprovar-me a caridade. Nunca lhe dei esse nome. A ação era boa para angariar simpatias. Parecia-me útil e nunca percebi que me enganasse.

Fui combatido. Tanto melhor! Mas também tive a sorte de conhecer o bom sentimento dos meus companheiros. Sorte que veio por uma desgraça minha. Perdi um filho pequeno. Fiz-lhe o enterro civil, que era ali uma «escandalosa afronta» às crianças de gente fanatizada ou escrava de velhos costumes. Todos aqueles rapazes, contrariando recomendações enérgicas dos pais, estiveram ao meu lado e acompanharam o caixão branco de meu filho. Eram bons rapazes.

Por onde andarão eles hoje? Um ou dois estão no Brasil, operários sem nome, heróis anônimos do mundo que cresce. O que partilhava comigo as responsabilida-

des da direção, continuou dedicando ao palco uma vocação natural e reparte a sua vida entre a banca de marceneiro e os modestos conjuntos que, em pavilhões populares, fazem o teatro acessível aos trabalhadores suburbanos do Rio. Lá na aldeia da minha infância pobre, onde era verde o vale que não era meu, outros se casaram, amadureceram suas vidas, morreram, sei lá!

Creio que não são anarquistas, como tanto recebavam as tias beatas e os velhos conselheiros de sacristia. Mas devem ser um pouco melhores do que seriam se não tivessem participado das inúmeras reuniões daquela sociedade sem estatutos, sem presidente, sem registo na polícia — e sobre tudo sem maldade nenhuma nas suas preocupações e atividades.

Seria aquilo um esboço de campanha cultural adequada aos meios rurais? Poderia ser ampliado e aplicado às populações operárias dos grandes centros? A auto-diversão, a auto-cultura do povo não constituirá assunto digno de nossa maior atenção?

Eram bons rapazes, recorde-os com saudade e agradecimento. Ainda há muitos assim, à nossa espera, e espera de quem os ajude a tirar as trevas do seu caminho. E o mundo sem eles não é o mundo que nós queremos.

CONFERÊNCIA

Na Sociedade Cultural do Meyer, sita na rua Dias da Cruz, 335, fará nosso companheiro José Oiticica uma conferência sobre **Reorganização Social, problemas e doutrinas**. Está marcada para o dia 30 deste mês.

Entrada franca

firma Pratt para a Alemanha (motores, aviões e acessórios) importaram, no ano de 1932, 6000 dólares; em 1933, 27.000 dólares e, em 1934, 2.100.000 dólares, sem contar as compras de matérias primas feitas no mundo inteiro.

O governo da América violou claramente o tratado de Versailles ao permitir a exportação de armas para a Alemanha, sabendo ser, por esse mesmo tratado, venda ilícita.

Os ingleses não ficaram atrás. No dia 25 de outubro de 1933 escreveu sir Arthur Balfour, chefe da *Capital Steel Works*, uma carta aberta ao *Sheffield Daily Telegraph* onde observava: «Será que a Alemanha se prepara para a guerra».

Creio que sobre isso não há dúvida e estou convencido de que chegará o dia em que teremos de dar aos alemães o direito de rearmar-se ou até fornecer-lhes o material para isso necessário. Estando os russos armados até os dentes, o perigo a leste é muitíssimo grande e uma Alemanha desarmada significa maior perigo para a paz da Europa».

No dia 14 de maio de 1934, confessou Sir John Simon na Câmara dos Comuns, falando em nome do seu governo, que o governo alemão recebeu de fato 80 aviões da firma Armstrong-Siddeley Cp.

A firma *National Shipbuilders* forneceu, nesse ano, à Alemanha um milhão e meio de toneladas de máquinas e a Havilland Aircraft Cp. forneceu aviões *Tiger Moth*.

A firma Vickers-Armstrong, a maior fábrica de armas públicas do mundo, recebeu, Major Altonso Garrido, zista, páginas de anúncios com permissão expressa do governo inglês.

A indústria química idglesa I. G. C. I. chegou a acordo com a I. G. Farben, alemã, e Dupont, americana, segundo o qual esses três grandes trocaram patentes e emoções com o fim de dividir o mundo em zonas de interesses.

No dia 19 de agosto de 1639, escreveu o *News Chronicle* de Londres: «A Alemanha comprou hoje 3000 toneladas de cobre, ao preço de 44 l. 19s. 9d. a tonelada. Nesse mês, comprou ainda a Alemanha 10.000 toneladas de cobre, só no mercado inglês».

Em 1934, já era evidente que Hitler não poderia pagar suas compras, mas os bancos ingleses estavam dispostos a lhe emprestarem dinheiro para isso.

Em maio de 1634, encontraram-se, em Badenweiler, na Floresta Negra, o presidente do Reichsbank, *Schacht*, com *Montagu Norman* presidente do Banco de Inglaterra para tratarem de assuntos comerciais e financeiros.

De volta para Londres, declarou Norman: «O nazismo não é um fenômeno transitório de crueldade, mas um sistema de economia dirigida, de grande futuro».

E' certo que Norman tudo fez para ajudar Hitler. Disse-o claramente John Hargrace em seu livro *Professor Skinnen*, isto é, *Montagu Norman*, pg. 220.

Todos os governos capitalistas rivalizaram em ajudar Hitler. O militarismo alemão pôde festejar abertamente seu renascimento. Todos, portanto, violaram miseravelmente o tratado de Versailles.

Podemos pois manter a afirmação de que: «As armas de Hitler provieram dos arsenais das democracias».

Quais os culpados?

Germinal